

2.

Rememoração cambiante, projetos viáveis.

Aluga-se por alguns anos pessoa com experiência de governo, treino de vida pública, suficientemente idealista para não cair no ramerrão e realista bastante para não se deixar iludir por doutrinas. Cartas a C.L nesta redação.

Carlos Lacerda.¹

Em uma obra memorialística denominada **Rosas e Pedras de meu caminho**, escrita em 1967, mas apenas publicada, integralmente, trinta e três anos depois, Carlos Lacerda - vereador do Distrito Federal em 1947-48, deputado federal de 1955 a 1960, governador da Guanabara de 1960 a 1965, jornalista e proprietário do **Tribuna da Imprensa**, nos apresenta a sua noção de trajetória, através de uma narrativa remissiva que se pretende constituinte de um sentido para sua própria vida. As lembranças do passado, evocadas com o intento de conjugar todas as experiências vividas em um significado unívoco, cuja presunção reside em tentar responder a pergunta “quem sou?”, já indicia a nossa crítica à idéia utópica referente à existência de uma identidade.

A constituição de uma individualidade baseia-se na memória, ou melhor, na evocação do que permanece na memória, uma vez que esta é a responsável por dar consistência à biografia. Ela fundamenta este projeto identitário, pois lhe fornece elementos do passado que o ajudam a compreender ou a nutrir a identidade que almeja apresentar no presente, sem a consciência da qual seria impossível a elaboração daquele. A evocação utiliza-se dos resquícios armazenados na memória no intuito de recriar as cenas do passado e com isso fortalecer a auto-representação que permeia seu relato biográfico.

O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade. Ou seja, na constituição da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a memória e o projeto são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo,

¹ LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 97.

suas motivações e o significado de suas ações dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória.²

Sem perder de vista o constante diálogo entre memória, identidade e projeto, pretendo analisar a maneira através da qual Carlos Lacerda elaborou tais narrativas em 1967, para torná-la coerentes com a visão que possuía e/ou pretendia apresentar de si neste período temporal. Para nosso autor, portanto, o seu projeto para o futuro – acelerar o processo de liberalização política para candidatar-se à Presidência da República – solidificar-se-ia através dessa reconstrução de seu passado.

A análise de uma obra memorialística que se refere a períodos diversos – o autor está em 67 rememorando ações e acontecimentos de tempos históricos variados - nos ajuda a compreender a mobilidade dessa rememoração e dos projetos que a orientam. Cada narrativa, ao inscrever a experiência em um tempo que não é a do seu acontecer, acaba por fundar uma temporalidade e a cada repetição e variante esta torna a se atualizar.

A viabilidade prática de todo projeto é condição de todo projetar que possa ser traduzido em propósito. O projeto desse tipo é, então, um fantasiar dentro de um quadro dado, ou melhor, imposto, imposto justamente pela realidade, dentro da qual a ação projetada vai ter de ser desenvolvida.³

A rememoração do passado é cerceada por uma “moldura”, que aponta para a viabilidade do projetar. Além disso, devemos ressaltar o poder coercitivo do próprio memorialista, que por ser uma figura pública preocupada com o impacto que sua narrativa poderá causar a sua imagem, acaba por subordinar a seleção e interpretação das lembranças que evoca aos seus interesses políticos para o futuro.

De acordo com Shutz, o projeto é o resultado de uma indagação consciente de seu propositor e de sua relação com o campo de possibilidades, no qual está inserido. Ou seja, a identidade que se deseja edificar depende dessa complexa e permanente interação entre o projeto, o sujeito e sua sociedade.⁴ Contudo a idéia de moldura – campo de possibilidades - defendida pelo sociólogo

² SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Pg.101.

³ Ibid. p.140.

⁴ VELHO, Gilberto. *Memória, Identidade e Projeto*. In: **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Alfred Shutz e retomada neste trabalho para compreender a interação entre contexto e narrativa, não pode ser compreendida pelo leitor como uma fronteira fixa e intransponível, pois correríamos o risco de subjugar a ação do indivíduo à sua conformação a um molde contextual pré-estabelecido. Este *frame* deve ser encarado como algo maleável com o qual o narrador deve interagir, conformando algumas vezes suas interpretações a esse espaço que lhe foi oferecido e, transformando, em outras, essa linha fronteira através de sua ação e interpretação do mundo.

Deste modo, mesmo ao defender que contextualidade e intencionalidade não resumem a construção narrativa, elas acabam por nos ajudar a compor os projetos de Lacerda, ou seja, o planejamento de suas ações políticas para o futuro próximo. Para realizá-los, evocação afasta-se da pretensão de uma constituição fidedigna em busca de uma coerência narrativa, persuasiva o bastante para alcançar o título identidade.

No primeiro capítulo, portanto, tentaremos montar este quadro que orientava o projeto de Lacerda em 1967. Após a formação deste “campo de possibilidades” – o *frame* com o qual Lacerda teve de interagir no intuito de alcançar a viabilidade de sua narrativa remissiva - poderemos analisar a maneira através da qual nosso autor remodelou suas memórias, no intuito de alcançar seus objetivos futuros. Compreender o modo através do qual Lacerda interpretou os acontecimentos do ano de 1967, atualizando-os à imagem que possuía ou apresentava de si neste momento determinado.

2.1.

A Conjuntura política de 1964 a 1966: um projeto malogrado

O ano de 1964 foi um período caracterizado pela radicalização política e pela mobilização dos partidos políticos na articulação das candidaturas a sucessão presidencial de 1965:

Em fevereiro o PSP lançou a candidatura de Ademar de Barros e, em março, o PSD homologou a de Juscelino Kubitschek. A candidatura de Lacerda, lançada pela UDN paranaense, deveria ser homologada pela convenção nacional do partido, marcada para 10 de abril, que, entretanto, não chegaria a se realizar.⁵

De acordo com Maria Vitória Benevides, a década de 60 – mais precisamente o período em que João Goulart assumiu a Presidência, devido à renúncia de Jânio Quadros – marcou o retorno de uma oposição política violenta, similar a oposição do período getulista. “Desta vez a denúncia da inoperância e perfídia seria associada, em graus de crescente radicalização, às denúncias de infiltração comunista.”⁶

Em abril de 1963, por exemplo, o governador de São Paulo, Ademar de Barros, anunciou a concretização do acordo entre os governadores que não apoiavam o governo de Goulart, o Manifesto dos governadores democratas. Lacerda foi um dos primeiros a assinar o documento. Além disso, foi realizada neste mesmo mês, uma Convenção Nacional da UDN em Curitiba, na qual, segundo Maria Benevides, podemos verificar “o ponto de não retorno na aliança dos udenistas ortodoxos com os militares”⁷.

Em setembro, em uma entrevista concedida a Julian Hart, do **Los Angeles Times**, Lacerda apontou Goulart como aliado dos comunistas e antecipou a queda de seu governo por meio de uma intervenção militar. Ele afirmou que os militares ainda não sabiam ao certo qual seria a melhor maneira de agir: se seria “melhor

⁵ DULLES, John W F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 266

⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 98.

⁷ Ibid. p. 99.

tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do seu mandato ou destituí-lo.”⁸

João Goulart recorreu às massas populares para constituir a base de apoio de seu governo além de pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base. Ele organizou um comício para o dia 13 de março, no Rio de Janeiro, com a ajuda do CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Após o evento que - apesar de todo o empreendimento contrário do Governador da Guanabara - contou com a participação de 200 mil pessoas, Lacerda acusou o Presidente de “subversivo, provocador e estúpido” e conclamou o Congresso a “levantar-se e defender o que resta da liberdade e da paz neste país.”⁹

Foi a partir deste momento que se intensificaram as articulações golpistas. Nosso autor se reuniu com os governadores de São Paulo, Ademar de Barros, e do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, para planejar um encontro dos governadores em Porto Alegre no dia 2 de abril, no intuito de organizarem-se contra o governo Goulart. Com isso, ele enviou uma carta para Kubitschek e convocou todos os governadores para unirem-se ao movimento opositor que estava a articular.

O movimento não chegou a realizar-se, pois no dia 31 de março foi deflagrado o movimento político-militar contra o governo, através do avanço das tropas lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho, sediadas em Juiz de Fora (MG), em direção ao Rio de Janeiro. Devido à adesão do I e II Exércitos ao movimento no dia 1º de abril e do III Exército no dia 2, João Goulart decidiu exilar-se no Uruguai.

Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e, portanto, elemento seguinte na ordem de sucessão, foi empossado na presidência da República. No entanto, o governo do país foi de fato assumido pelo autodenominado Comando Supremo da Revolução, composto pelo general Arthur da Costa e Silva, o brigadeiro Márcio de Sousa Melo e o almirante Augusto Rademaker. No dia 8 de abril, Lacerda, Ademar de Barros e Ildo Meneghetti

⁸DULLES John W F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 118.

⁹ Ibid. p. 123.

reuniram-se com Costa e Silva e decidiram apoiar a candidatura do general Castelo Branco à presidência da República, até as eleições de 1965.

Lacerda não só apoiou o golpe civil militar de 1964, como cooperou com a “Operação Limpeza” ao exercer a repressão aos ativistas políticos da esquerda, por meio da polícia política DOPS durante o final de seu governo na Guanabara (1964 e 1965):

O DOPS, um instrumento a serviço do inconstante governador do estado, Carlos Lacerda, fora aparelhado para caçar o pessoal da esquerda e sua felicidade consistia em perseguir os líderes das organizações sindicais, religiosas e estudantis.¹⁰

De acordo com suas declarações para os jornais brasileiros em 1964 sobre o Ato Institucional I, para Lacerda os objetivos da dita “revolução” consistiam em limpar o país daqueles que “desrespeitam a Lei afetando a Segurança nacional”¹¹ e preparar a nação para as eleições de 1965. Ele não apenas manifestou-se favorável ao Ato Institucional como também apoiou as prisões e cassações políticas de personagens como Goulart, Luiz Carlos Prestes e Kubitschek.

Lacerda declarou que eram necessárias mais destituições políticas na Guanabara, comprometendo-se a usar o Ato Institucional “para afastar do serviço público e dos poderes judiciário e legislativo todos aqueles que não correspondiam à nossa confiança, pois não podemos deixar somente ao encargo das Forças Armadas esta limpeza que se está fazendo.”¹²

Para Lacerda o golpe tornou-se o vislumbre de uma possível vitória nas eleições de 1965, momento em que os militares, após o expurgo de todos os políticos considerados “subversivos”, abririam caminho para o retorno do regime constitucional através de eleições diretas. Ao visitar o presidente Castello Branco em Brasília logo após a sua eleição pelo Congresso em abril de 1964, ele anunciou aos jornais sua alegria em ver um homem de bem na Presidência do país, além disso, ele confirmou à imprensa suas intenções de se candidatar para o

¹⁰ SKIDMORE, Thomas. **Brasil. De castelo a Tancredo**. 8ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004. P.58.

¹¹ DULLES, op.cit. p.240.

¹² DULLES. Op.cit. p. 252.

mesmo cargo e esperança de sair vitorioso: “Sem falsa modéstia, espero estar morando aqui em 1966”.¹³

Contudo, ele não contava com a emenda constitucional aprovada em julho de 1964, na qual o mandato de Castelo Branco, então presidente do Brasil, seria estendido por 14 meses, adiando assim a eleição presidencial para novembro de 1966. Em uma carta à Raphael de Almeida Magalhães, vice-governador da Guanabara, sobre a atenção que o Congresso estava dedicando à prorrogação do mandato de Castello em junho de 1964, Lacerda escreveu: “Acho que essa atitude é uma traição à revolução. Não estou disposto a aceitar isso de nenhuma maneira. Não abro mão da minha candidatura.”¹⁴

Após esta prorrogação em julho de 1964 Lacerda retirou o seu apoio ao governo de Castelo e passou a questionar a legitimidade da extensão do mandato. – “É que ele [Carlos Lacerda] receava que os generais logo fechassem a porta à sua única esperança de chegar à suprema magistratura: eleições diretas.”¹⁵ Lacerda passou a criticar severamente a equipe de Castello Branco e os membros de seu próprio partido no Congresso. Ele escrevera uma carta para ser lida por Emílio Nina Ribeiro na Assembléia do dia 30 de julho e nela, escreveu que a revolução havia fracassado: “tinha se tornado velha e murcha, enquanto o país sofria o desemprego e a carestia e enquanto a grande reforma, que consistia em implantar um governo competente e trabalhador no Brasil, continuava por fazer.”¹⁶

Para Magalhães Pinto, membro da UDN e Governador de Minas Gerais, que também apoiou o golpe de 1964, os ataques de Lacerda eram resultado de frustrações pessoais; ele acreditava que Lacerda estava, com suas críticas, procurando capitalizar os sentimentos das forças derrotadas pelo movimento revolucionário para a sua eventual candidatura presidencial.¹⁷ De fato, Lacerda ainda tinha esperanças quanto a sua candidatura. O governador da Guanabara não atacava diretamente Castello Branco, pois sabia que ele o considerava o melhor

¹³ Id.p.253.

¹⁴ Ibid. p.272

¹⁵ SKIDMORE, Thomas. Op.cit. p.91.

¹⁶ DULLES.op.cit. p.285.

¹⁷ DULLES. Op.cit. p.286.

sucessor ao cargo da Presidência – “Não será o PSD, o PTB e nem mesmo a UDN que conseguirá afastar-me do presidente.”¹⁸ Ao falar com os jornalistas após seu encontro com Castello em 15 de agosto, no Palácio da Guanabara, Carlos elogiou o Presidente:

Lacerda o chamou de “excelente timoneiro, com apenas um grau à deriva”. Pronunciou-se também satisfeito ao verificar que Castello continuava disposto a ajudar os cariocas e resistente contra aqueles que procuravam criar intriga entre o presidente e o governador.¹⁹

No entanto, nos últimos seis meses de 1964, os ataques agressivos de Lacerda àqueles que rodeavam o Presidente, acabaram por distanciá-lo das graças de Castello. As críticas aos membros de seu governo foram consideradas como ataques indiretos ao próprio. “Castello Branco acreditava estar, com a sua equipe, encaminhando o Brasil por rumos revolucionários acertados e queria que os planos de sua administração fossem executados pelo seu sucessor.”²⁰

Além disso, Castello estava descontente com a precipitação da campanha presidencial feita por Lacerda, que desejava que a Convenção Nacional da UDN para a indicação do candidato à presidência fosse realizada em 1964, ou seja, com mais de um ano de antecedência. Para Castello Branco essa candidatura prematura poderia tumultuar o quadro político:

A responsabilidade cabe exclusivamente ao partido ou partidos lançadores de candidaturas com muito mais de um ano de antecedência. Os partidos e os candidatos que resistam ao sol quente e ao sereno úmido de 1965-1966. O governo tudo fará para manter e crescer a sua base política, indispensável à sua obra de reconstrução nacional.²¹

É a partir do reconhecimento desse distanciamento, que nosso autor reconsidera seu projeto e muda o tom em suas referências à Castello, intensifica as agressões, que, agora, não poupam o Presidente. Em meados de 1965 a oposição entre Lacerda e Castello tornara-se acirrada devido às violentas admoestações do primeiro em relação à gerência política do segundo. Com isso, alguns membros da UDN que se opunham à candidatura de Carlos Lacerda - indicada na Convenção Nacional em novembro de 1964 -, passaram a questionar a validade deste

¹⁸ DULLES. Op.Cit. p.276.

¹⁹ Id pg.288.

²⁰ Ibid. Pg.309.

²¹ BRANCO, Castello. Apud DULLES. Op.Cit. pg.304

compromisso, uma vez que o candidato à presidência desrespeitara a decisão udenista de apoiar o governo.

Essa radicalização de Lacerda propiciou grande adesão à proposta de uma eleição indireta, ou seja, que o sucessor presidencial fosse escolhido pelo Congresso. Essa idéia difundida em Brasília e em grande parte da imprensa, ganhou o assentimento de inimigos de Lacerda, defensores do parlamentarismo, patrocinadores de uma prorrogação do governo de Castello, membros pessedistas do Bloco Parlamentar Revolucionário, dentre outros. O **Jornal do Brasil** declarou “a convicção firmada em todos os setores responsáveis de que o Congresso tomará a seu cargo a eleição do presidente da República.”²²

Após a derrota de seu candidato Flexa Ribeiro para o governo da Guanabara em outubro de 1965, Lacerda - unindo-se ao governador Magalhães Pinto, também ressentido com a derrota de seu candidato em Minas - declarou que a vitória de Negrão Lima, candidato pelo partido PSD, deveu-se ao péssimo tratamento que o povo recebera pelo governo de Castello. Ele fez um pronunciamento alegando “ser necessário devolver ao partido [UDN] a candidatura presidencial que ele me entregou”.²³ Lacerda desejava marcar uma nova convenção da UDN, confiante que a maioria manter-se-ia fiel à sua candidatura, para fortalecer sua imagem um tanto enfraquecida por não conseguir um sucessor na Guanabara e pelos boatos da possibilidade de uma eleição indireta para o cargo de Presidente da República.

Penso ter o direito de comparecer a uma convenção nacional do partido para explicar as razões pelas quais entendo não ter mais sentido a minha candidatura. E deixar o partido livre para adotar, com o PSD e o PTB, em torno do Sr. Castello Branco, a eleição indireta e destruição da Federação.²⁴

A maioria dos jornais cariocas interpretou o discurso de Carlos como uma renúncia à candidatura ao cargo de Presidente da República, mas a UDN paulista compreendeu a intenção do governador da Guanabara e prontamente o comunicou que se sentiria honrada em ratificar a candidatura em nova convenção nacional do partido. O **Diário Carioca** viu no discurso de Lacerda uma tentativa de instigar as

²² DULLES. Op.cit. p.365.

²³ Ibid. p. 406.

²⁴ LACERDA, Carlos. Apud DULLES. Op.cit. p. 406.

Forças Armadas à derrubada do governo de Castello²⁵. Essa aproximação entre Lacerda e a linha dura de fato ocorreu no momento em que o governador viu que seu projeto político, tornar-se Presidente da República, estava a se perder no horizonte. No entanto, atenuou-se, quando em outubro de 1965 o Ato Institucional número 2 determinou as eleições indiretas para a sucessão presidencial e o nome mais cotado ao cargo era do Ministro da Guerra, Costa e Silva.

O Ato Institucional no. 2 foi (...) discutido durante dois dias em reuniões de Castello com os ministros militares, o ministro da Justiça e Geisel. Castello (...) insistiu na inclusão de uma cláusula tornando-o inelegível na eleição indireta para presidente prevista no Ato. (...) Quando o governador pernambucano Paulo guerra afirmou que essa cláusula entregaria o comando a Costa e Silva, Castello explicou que sem ela Lacerda interpretaria o Ato “como se fosse uma manobra minha para continuar”.²⁶

Os jornais noticiaram que o novo Ato institucional tinha por objetivo reformar o poder judiciário, restaurar a política de cassação de determinados indivíduos da vida pública, extinguir os partidos políticos e instaurar a eleição indireta para presidente. Estas duas últimas cláusulas sepultaram o, agora, malgrado projeto lacerdista e, devido a isso, o ex-governador da Guanabara decide afastar-se da vida pública. Contudo, essa despedida não será definitiva, pois em 1966 as articulações de Lacerda com antigos inimigos que também se encontravam afastados do âmbito político, tornaram-se o vislumbre de uma nova viabilidade para o seu projeto de conquistar a Presidência da República. Esta possibilidade consistirá, em grande parte, de sua capacidade de evocar o passado tornando-o condizente com as suas perspectivas e objetivos do presente: uma rememoração cambiante no intuito de retomar a viabilidade de seu velho projeto político.

Veremos como Lacerda devido à formação da Frente Ampla remodela a sua memória através da interação com este *frame* político de 1967, um campo de possibilidades com o qual ele precisará negociar no intuito de viabilizar a sua rememoração. Nosso autor, portanto, deve tornar seu passado presente, ou seja, torná-lo atual e coeso às suas expectativas de ação política.

²⁵ Ibid. p. 407

²⁶ Ibid. p. 407.

2.2.

O projeto de 67: A Frente Ampla como resposta à prorrogação do governo militar.

O Marechal Arthur da Costa e Silva assumiu o cargo de presidente no dia 15 de março de 1967. Sua principal promessa consistia no restabelecimento dos processos político-representativos normais e as regras democráticas. Ele assumiu um compromisso com uma lenta política de liberalização, cujo objetivo seria dissipar os conflitos através de um diálogo com a oposição. Esta política foi conhecida como “política de alívio”, pois significava a disposição governamental em oferecer concessões aos grupos opositores em troca de apoio e legitimação do governo militar. No entanto, esta liberalização proposta permanecia nos limites do Estado de Segurança Nacional, ou seja, o poder do Executivo na Constituição de 1967 possuía tamanha amplitude que a aprovação de medidas tomadas pelo Congresso tornava-se desnecessária. Houve de fato uma abertura para negociação com os membros do MDB, o que apontava para uma possível modificação constitucional, contudo, concomitante a este diálogo, a campanha repressiva de buscas e apreensões de manifestantes nas ruas permanecia intensa. Esta contradição entre promessa de liberalização e aumento da repressão acabou por nulificar a legitimidade da política de alívio e levou o Estado a uma crise interna e externa.

Neste período vemos uma mudança nos rumos da política econômica do Estado que buscou alterar o padrão de consumo das classes médias e altas, ao promover o crescimento dos bens duráveis. Essa nova política econômica resultou em uma contenção salarial, cuja consequência foi a sua depreciação, ou seja, houve uma considerável diminuição da renda da população assalariada.

Este fator somado à generalizada insegurança causada pela aplicação do programa do FGTS e à repressão de manifestações e protestos de rua, estimulou uma onda opositora. Ocorreriam em 1967 e 1968 importantes manifestações

contra a política econômica e social do estado, e uma rápida reorganização de setores de oposição na sociedade civil.²⁷

Após os resultados do novo modelo econômico, somado à política repressiva dos governos pós 1964, vários setores de oposição, inicialmente dispersos, passaram em 1967 a formar uma aliança informal que consistia na união de forças durante grandes manifestações e passeatas, embora mantivessem uma organização independente. Os principais setores, que por sua força e coordenação foram capazes de causar danos à organização política do país, foram: o movimento estudantil, o dos trabalhadores e a Frente Ampla.

A Frente Ampla consistiu em um movimento político organizado por dois antigos partidários do regime que mais tarde passaram à oposição: os ex-governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. Ambos desempenharam importantes papéis na conspiração de 1964, Magalhães Pinto como governador de Minas e Lacerda como governador da Guanabara. Este movimento, chamado de “movimento dos governadores”, legitimou a derrubada do presidente eleito João Goulart pelos militares. Entretanto, como vimos acima, pouco tempo após o golpe, tanto Lacerda como Magalhães distanciaram-se das decisões governamentais e em 1965 já criticavam abertamente as políticas militares dirigidas ao Congresso e ao Judiciário. Devido a esse afastamento eles organizaram a Frente Ampla, “um movimento político que abrangia amplo espectro da opinião pública”.²⁸ Os principais aliados deste movimento encontravam-se nos setores mais tradicionais e conservadores da arena política brasileira.

Na realidade essa aliança entre Lacerda e outras figuras importantes também afastadas do cenário político brasileiro, começou a ser discutida em 1966 pelo antigo deputado petebista Renato Archer, cassado por atividades consideradas esquerdistas pelo governo. E foi de fato em 66 que Lacerda iniciou suas articulações para tornar a Frente Ampla um projeto político viável.

²⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. Pg.115

²⁸ ALVES, Maria Helena. Op. Cit. P. 116.

Uma das personalidades procuradas pela Frente Ampla foi o ex-presidente Juscelino Kubitschek, cujo mandato político havia sido cassado pelo governo militar. A perseguição que sofrera nesta época o tornara um “mártir” junto à população e, por isso, sua adesão à Frente Ampla foi motivo de grandes preocupações para o governo.

Uma aliança Kubitschek – Lacerda seria provavelmente útil para Kubitschek, durante tanto tempo acusado por Lacerda de corrupção, e (...) Lacerda, possuindo boas ligações no meio militar, poderia, mais do que ninguém, enfraquecer o regime e antecipar a redemocratização.²⁹

Mas Kubitschek não foi único ex-presidente a ser chamado para aderir ao movimento; em setembro de 1967 João Goulart reuniu-se em Montevidéu com os principais líderes da Frente, na qual já se incluía Juscelino, para debater sobre as metas da oposição. O acordo assinado pelos líderes desta organização, e a partir do qual foram estabelecidas as bases desta aliança, tornou-se conhecido como Pacto de Montevidéu e constituiu o programa da Frente Ampla. O programa defendia a redemocratização do país, a revogação de toda legislação de controle, o fim das diretrizes salariais e aprovava os direitos dos trabalhadores, até mesmo o direito a greve. Por último, pedia a realização imediata de eleições livres e diretas em todos os níveis de representação política.

Contudo, o esforço empregado por Lacerda e seus companheiros, interessados na viabilização da Frente Ampla, para conseguir o apoio de Kubitschek e Goulart não foi pequeno. Pelo contrário, o período de 1966-67 foi marcado por aproximações e distanciamentos, discórdias e renegociações, pois mesmo que os três estivessem interessados na redemocratização – como defendia Kubitschek e Goulart – ou democratização – como defendia Lacerda – do país, a maneira de regê-lo após a realização de eleições diretas era completamente diversa. Além disso, a aproximação não agradava nem a setores da ARENA que antes apoiavam Lacerda, nem a setores do MDB que apoiavam Kubitschek e/ou Goulart.

Inicialmente, meados de 66 e início de 67, a conversa sobre a organização da Frente Ampla permaneceu entre Lacerda e Kubitschek, pois Goulart rejeitara a

²⁹ DULLES, op.cit. p.444.

proposta alegando que as negociações estavam cada vez mais próximas do governo, distanciando-se dos objetivos da oposição. De fato, em abril de 1967, Lacerda declarou que se apartaria das posições mais radicais do manifesto-programa da Frente e reivindicaria apenas a revisão da Constituição e das leis. Ele e Kubitschek concordaram em não apoiar nem combater Costa e Silva, mas, antes, “ajudar a criar um ambiente de simpatia para que o novo governo possa vencer as imensas dificuldades que encontrou.”³⁰

A atenuação nas críticas ao governo após a posse de Costa e Silva, além do convite ao Presidente para aderir à Frente Ampla eram resultados do vislumbre de do ex-governador da Guanabara em integrar-se no esquema político do governo. Costa e Silva voltara a admitir a possibilidade de aceitar a colaboração de Lacerda em seu governo através de um cargo diplomático no exterior. Para nosso autor, incorporar-se no governo poderia significar a conquista da Presidência em 1971 por uma eleição indireta dominada pela ARENA. “Seu longo silêncio em relação à política foi interpretado como uma contribuição útil para a sua reaproximação com o governo”

É nesse momento, ou seja, a partir desse contexto político que Lacerda escreve sua obra **Rosas e Pedras do meu caminho**, doze capítulos publicados na **Revista Manchete** entre 15 de abril e 1º de julho de 1967. Após esta pequena tentativa de construir o *frame* no qual Carlos deverá ativar sua rememoração - uma moldura factual maleável com a qual Lacerda teve de interagir no intuito de viabilizar sua narrativa - é que podemos analisar suas rememorações. Identificar as maneiras através da qual Lacerda mobilizou sua memória no intuito de tornar a sua imagem mais condizente com a ambiência política que lhe é contemporânea e, dessa forma, estar mais próximo de seu objetivo futuro: a conquista da Presidência.

³⁰ DULLES, op.cit. p.488.

2.3.

Rosas e Pedras de meu caminho: a sincronia entre passado e presente.

O processo de rememoração não apenas intervém na ordenação dos vestígios mnemônicos, como também faz uma releitura deles. Quando narramos um fato passado inscrevemos essa experiência em uma temporalidade que não é a do ocorrido, pois a experiência de narrar está atrelada ao tempo presente. “A rememoração é ativa, ela não é o surgimento involuntário do passado no presente; ao buscar um momento do passado ela tende a transformá-lo.”³¹ Evocar, portanto, não é apenas receber uma imagem do passado; implica uma ação, uma “memória exercitada”. Uma rememoração ativa que busca atualizar o passado, sincronizá-lo com os objetivos e projetos do tempo presente.

O relato biográfico ou autobiográfico tem a pretensão de organizar-se em uma seqüência ordenada, como se o biografado possuísse um sentido de vida, o qual daria significado aos acontecimentos que a preenchem. A noção de vida como uma história, um caminho linear possuidor de começo, meio e fim pressupõe uma finalidade para essa “trajetória”, um sentido que a torne coerente e orientada. Na obra memorialística de Lacerda, **Rosas e Pedras de meu caminho**, podemos notar essa preocupação em construir uma lógica entre os estados narrados, na tentativa de produzir esse sentido. Até mesmo o título evidencia a noção de trajeto; “pedras de meu caminho” correspondem aos percalços que teve de superar para continuar seu curso. Lacerda acredita ter uma vocação e toda sua “história” – que já vimos consistir em uma construção do próprio para dar sentido, orientação a fatos – consiste na conexão dos acontecimentos selecionados dando-lhes o significado pretendido.

O sentido de que se tem uma missão a cumprir, seja de criar bons filhos ou de reformar uma nação (...) a idéia de que se deve procurar fazer bem feito tudo o que se tem a fazer, por mais simples ou arriscado que seja, faz parte desse sentido de missão. Também dele é estar disponível para cumpri-la. E ser

³¹ HARTOG, François. **Regimes d’historicité**. Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 1997. p.143.

acessível, (...) de modo a ser mobilizado, a qualquer momento para a missão a que se está por assim dizer destinado.³²

Na época em que escreveu estas evocações, de abril a julho de 1967, Lacerda ainda possuía a esperança de se tornar Presidente em 1971 com a ajuda de Costa e Silva. Com isso, podemos notar que sua narrativa está repleta de insinuações referentes ao desejo de retornar a vida pública e viabilizar, assim, a conquista do que defende ser sua “vocação”.

Nessa fase de minha vida me preocupa saber que, no passar do tempo, talvez a minha oportunidade de ser Presidente da República – cargo para o qual me preparei, venha quando a saúde já não me ajudar (...). Isto que alguns chamam de ambição, para esconder a sua, é apenas a consciência de uma tarefa a executar, de uma séria missão a cumprir.³³

A menção em sua narrativa às críticas recebidas na época – “isto que alguns chamam de ambição” – referem-se   sua decisão de organizar a Frente Ampla junto com Kubitschek e Goulart, dois antigos opositores de Lacerda. Muitos interpretaram tal coligação como uma atitude desesperada, devido   sua ansiedade por retornar ao cenário político. A sua aproximação de Costa e Silva – nosso autor o convidou para assinar o manifesto da Frente Ampla e confirmou que aceitaria um cargo diplomático no exterior se o presidente o convidasse - também foi muito censurada, pois foi apreendida como sua derradeira tentativa de alcanç ar a presidência.

Para acabar com as críticas sobre posições divergentes e manter uma coerência entre suas atitudes no passado e presente, a rememoração dos acontecimentos de 1964, por exemplo,   “remodelada”, de acordo com seu novo projeto para 67. Da mesma maneira, a imagem de figuras políticas que anteriormente Lacerda criticava,   suavizada pelo mesmo, devido aos novos interesses em voga: refiro-me a mudanç a na caracterização de Juscelino Kubitschek devido à Frente Ampla.

Lacerda não pode apagar as críticas feitas   Kubitschek no decorrer de sua carreira política – desde a década de 50, ele repreende as ações de Juscelino – mas o que veremos em sua narrativa de 67 será o abrandamento da crítica na

³² LACERDA. **Rosas e Pedras do meu caminho**. Brasília: UNB, 2001. P.81.

³³ Ibid. p.81.

caracterização do ex-presidente. Ele não pode negar o atrito que havia entre eles, pois estaria ignorando a moldura factual com a qual deve negociar ao elaborar sua interpretação do passado, para que esta se torne retoricamente viável. Portanto, ao invés de negar que existam divergências, Lacerda apenas ressalta o que existe de similar, ou seja, afirma que apesar dos problemas e críticas existem pontos positivos para ressaltar na figura de Kubitschek e suas ações políticas do passado.

Mas o terrível mineiro [Kubitschek], um misto de habilidade e audácia, vence a resistência do PSD e firma sua liderança sobre os oligarcas, que o engolem, mas não o digerem. Tal qual os oligarcas da UDN fizeram comigo, entre 1964 e 1965, sob as ordens do grupo de pressão que controlavam o governo do Marechal Castello Branco.³⁴

Na citação acima, além de elogiar Juscelino – o caracteriza como um homem audaz e habilidoso – Lacerda apresenta pontos em comum entre os dois: Kubitschek não se dobrava aos desígnios da oligarquia do PSD, assim como ele não cederá aos grupos que controlavam o governo de Castello. Aqui podemos perceber não apenas a tentativa de aproximação com o ex-presidente mineiro, como também a manutenção da crítica ao governo castellista. Sua interpretação referente aos acontecimentos de 64 resume-se a uma traição à revolução, por parte de Castello e seu grupo governista:

Hoje estamos diante de um regime militarizado, criado com as melhores intenções, mas desviados de seus rumos, pois feito para garantir eleições livres e diretas, reprimiu a liberdade e a eleição, privando o povo do direito de escolher o seu governo.³⁵

Lacerda, portanto, afirma ter participado dos acontecimentos de 64, a chamada “revolução”, mas defende em sua narrativa que com Castello esta foi desviada de seu rumo. A impossibilidade de se candidatar para a Presidência em 66 foi um golpe nos planos de Carlos e Castello não seria poupado de tamanha “traição”.

Ele [Castello Branco] se fez Presidente da República com a nossa participação, pela qual me senti obrigado a combatê-lo, ao preço de qualquer risco. Pois quem tem responsabilidade na ascensão de um homem como Castello à Presidência do Brasil deve penitenciar-se para o resto da vida. (...) Nossos companheiros militares diziam-no o mais capaz, o mais civil, o mais democrata. Somente depois

³⁴ Ibid. p.241.

³⁵ Ibid. p.258.

viemos a saber que ele era o menos leal, o menos generoso, o menos honesto, o menos capaz e o menos revolucionário.³⁶

De acordo com Lacerda, em suas memórias de 67, Castello traiu a “revolução” quando não cumpriu com o seu objetivo primeiro: a garantia de eleições livres. Para nosso autor, ao invés disso, o “regime militarizado, criado com as melhores intenções, mas desviados de seus rumos, (...) reprimiu a liberdade e a eleição, privando o povo do direito de escolher o seu governo”.³⁷

Mesmo que defenda a Frente Ampla e ambicione as eleições que tirariam os militares do poder e o colocariam – era o que esperava - na Presidência da República, Lacerda não podia criticar o ocorrido em 64 por dois importantes motivos: apenas três anos se passaram e sua participação ativa na derrubada do governo de Jango não seria esquecida tão rapidamente por seus opositores, ávidos por desconstruir a imagem coerente que ele pretendia orquestrar. Outro ponto importante é a ligação com Costa e Silva, pois apontar que a crítica não se refere ao governo militar vigente e sim a Castello significa que agora com Costa e Silva na Presidência nada o impede de participar ativamente do governo.

No final de seu livro Lacerda faz um apelo para que o Presidente não apenas aceite a Frente Ampla como também assine a carta/programa como manifestação de seu compromisso com a “política de alívio” que prometera empreender ao assumir o cargo em março do mesmo ano - uma lenta política de liberalização, cujo objetivo seria dissipar os conflitos através de um diálogo com a oposição. Lacerda explica que o general Arthur Costa e Silva era um dos comandantes que, em 11 de novembro de 1955, “por conta de um golpe que não ia haver”³⁸, garantiram a posse do presidente Juscelino Kubitschek e, com isso, para manter a coerência política e o compromisso com as regras democráticas, o general deveria agora unir-se a Frente.

Se ele pôde garantir a posse de Kubitschek, então acusado de tudo o que hoje o acusam, e até mais, para assegurar a continuidade democrática, é claro que pode admitir, pelo mesmo motivo o entendimento dos líderes democráticos do Brasil,

³⁶ Ibid. p.265

³⁷ Ibid. p.258.

³⁸ Ibid. 265.

para, através da paz política, ganhar a guerra contra o atraso, a ignorância, a pobreza, que são estes sim, os inimigos a vencer.³⁹

Lacerda estava deseioso em criar um terceiro partido em oposição à ARENA e ao MDB, mas, para que tal objetivo se concretizasse, ele precisava se adequar às novas regras para a formação de um partido político, as quais foram modificadas em 12 de dezembro de 1966 pelos deputados da ARENA. A alteração, cujo objetivo consistia em tornar improvável a criação de um partido por Lacerda e Juscelino, estipulava que estas organizações necessitavam de um mínimo de 10% do eleitorado que houvesse votado na última eleição geral para a Câmara de Deputados, distribuído em dois terços dos estados, com o mínimo de 7% em cada um deles.⁴⁰ Para alcançar tais exigências nosso autor afirmou a necessidade de criar uma estrutura para Frente Ampla e depois “ir para as ruas, visando novos adeptos, especialmente nas classes operárias e estudantis”.⁴¹ Ele, portanto, não desejava circunscrever os adeptos deste movimento, pois a amplitude de sua proposta – o que chama de “mobilização nacional para o desenvolvimento (...), expansão de uma cultura democrática para dar ao Brasil as dimensões de uma nação”⁴² - o permite conquistar a adesão, e mais tarde o voto, de diversas camadas sociais.

Em **Rosas e Pedras de meu Caminho**, por exemplo, Carlos afirma ser a Frente, uma conjugação do melhor de Vargas, de Kubitschek e da UDN (fala em UDN, no entanto, refere-se a ele, mais precisamente ao seu governo da Guanabara):

Tais tendências são representadas pelo que poderíamos chamar de getulismo, a reforma social; o desenvolvimento econômico, a tendência de Kubitschek, com a marcha para o progresso material e o esforço de continuidade democrática como tônica de sua presença, pois ninguém pode negar a Kubitschek essas características; e a tendência de promover governos atuantes regidos por uma conduta ética, que chamaríamos udenista se a maioria não houvesse renegado e traído a primeiro aceno de participação espúria no poder absoluto.⁴³

A partir desta citação, é importante ressaltar a ambivalente caracterização de Vargas em suas memórias de 67. Lacerda o caracteriza como um homem

³⁹ Ibid. p. 265.

⁴⁰ DULLES. Op.cit. p.481.

⁴¹ LACERDA, Carlos. Apud DULLES. Op.cit. p. 483.

⁴² LACERDA, Carlos. **Rosas e Pedras do meu caminho**. Brasília: UNB, 2001. p.297.

⁴³ Ibid p. 252.

inconciliável com os princípios democráticos e, no entanto, possuidor de objetivos políticos que poderiam assemelhar-se aos desejos do próprio:

Vargas morreu desiludido com os políticos oligarcas e abalado pelo poderio do domínio do sistema imperialista sobre o Brasil. Vivo, também me pressionaram e me intimaram as mesmas forças, que imprópriamente outro presidente, Janio Quadros, chamou ocultas, quando aí estão, bem à vista, pois se apossaram escancaradamente do Brasil pela mão do Marechal Castelo Branco e seus cúmplices na traição de 31 de março de 1964.⁴⁴

Essa tentativa de aproximar-se de certas características de Vargas e de Kubitschek é apenas uma ramificação de seu objetivo em 1967: ampliar a adesão de políticos à Frente Ampla, assim como a popularidade do movimento perante a população, no intuito de, mais tarde, utilizá-la como trampolim para alcançar seu escopo final: a presidência. Vargas já estava morto e Kubitschek teve seus direitos políticos revogados por 10 anos; Lacerda, portanto, era o único em condições de utilizar essa síntese – reforma social, desenvolvimento econômico e ética governamental – como possível alavanca política para um futuro próximo. Mesmo apontando os pontos de convergência com Vargas e Kubitschek, como apagar, ou melhor, reinterpretar os ocorridos em 1954-55: a acusação de responsável pelo suicídio de Vargas, e mais tarde, a acusação de golpista durante o governo de Kubitschek?

Sabemos que para manter a credibilidade do testemunho, o narrador não deve apenas preocupar-se com a univocidade da persona construída, pois o convencimento apóia-se em grande parte na plausibilidade dos eventos narrados. Se o autor ultrapassar as fronteiras que lhe são dadas – como neste caso particular, negar ou ocultar os atritos ocorridos na década de 50 – coloca em risco toda a estrutura narrativa que pretendia construir através de sua rememoração e, por conseguinte, o projeto de ação política que motivara tal empreendimento memorialístico. Lacerda, portanto, não pode omitir qualquer desavença com Kubitschek e Vargas do passado, pois isso poderia mais tarde tornar-se um golpe em seus planos para a Presidência; no momento que suas memórias viessem a público, essa omissão poderia ser interpretada como uma mentira, enfraquecendo a Frente Ampla e a confiabilidade do público em seu discurso.

⁴⁴ Ibid. p.251

No entanto, narrar os conflitos passados não significa apresentá-los passivamente ao leitor, pois ao ativarmos nossa memória o evento é atualizado pelo próprio ato de narrar tornando-o diverso. No caso particular de Lacerda, cujos objetivos para suas memórias são mais claros já que possui um projeto político para o futuro, essa atualização torna-se mais acentuada. Dentro da moldura contextual que possui, nosso autor não poupará forças para remodelar suas memórias em busca de um discurso persuasivo e coerente com suas posições políticas do presente.

Ao rememorar os acontecimentos de 1954, Lacerda destaca que Vargas estava correndo perigo devido “a turma” que o cercava. Ele refere-se à Samuel Wainer do **Jornal Última Hora**, acusado por nosso autor de pegar empréstimos altíssimos com o governo. De acordo com Lacerda, Vargas já não possuía mais o controle do país e ao perceber sua impotência perante os antigos aliados, que agora comandavam o governo, se suicidou em forma de protesto.

Na realidade, o suicídio foi um meio desesperado pelo qual Getúlio Vargas procurou libertar-se dos erros acumulados e do grupo que o cercou, impedindo-o de compreender as nossas duras, mas úteis advertências. À sua volta conspirava-se, roubava-se, pilhava-se o Brasil. (...) ele recorreu ao suicídio como uma forma de resgate.⁴⁵

Através dessa exoneração da responsabilidade de Getúlio quanto às ações de seu último mandato presidencial, assim como do atentado contra sua vida na Rua Toneleiros - de acordo com estas memórias de 67, Lacerda afirma ter sido seu filho Lutero o mandante e não Vargas - nosso autor tenta demonstrar que não é o verdadeiro culpado da morte do Presidente: “Os acusadores sabem, melhor do que ninguém, que não fui eu.”⁴⁶ Para nosso autor a morte de Vargas aumentou o caos em que se encontrava o país e é devido a essa instabilidade política que defende ter sido necessário o adiamento das eleições, “a fim de reformar a Lei Eleitoral e consolidar a revolução que havia feito duas vítimas, o Major Vaz e Getúlio Vargas.”⁴⁷ Mas a qual revolução referia-se Lacerda?

Para Carlos Lacerda, suas acusações referentes à ajuda financeira dada pelo governo aos empresários do **Jornal Última Hora** foram a razão pela qual

⁴⁵ Ibid.p.249.

⁴⁶ Ibid.p.248.

⁴⁷ Ibid.248.

membros desta “turma” que cercava Vargas decidiram silenciá-lo para sempre. O atentado à sua vida na Rua Tonelero que terminou com a morte do Major Vaz, foi o início de uma investigação que traria como consequência a queda do governo de Getúlio e do grupo oligárquico que de acordo com nosso autor dominava o Brasil. A partir daí, Lacerda defende que não pretendia dar um golpe para impedir a posse de Juscelino, pois sua única intenção era não permitir que os grupos que se encontravam no poder durante o governo de Getúlio permanecessem controlando o país, tornando o suicídio de Vargas um ato gratuito.

Foi o que chamaram de meu golpismo: reconhecer que tinha havido uma solução violenta, que havia começado um processo de transformação do país, que era preciso não perder aquela crise para começar as reformas de que a nação carece. Mas, não. Manteve-se no poder a oligarquia, aperfeiçoada pela tranquilidade de quem afasta do poder os aliados indesejáveis. Em Vargas detestavam muito menos o político de tendência autoritária, do que a inclinação reformista que punha em perigo os velhos privilégios do sistema dominante.⁴⁸

Nesta rememoração dos acontecimentos da década de 50, Lacerda não só abrandava seus conflitos com Vargas como se aproxima deste ao defender que assim como ele, defendia a reforma no país, apenas não aceitava os métodos utilizados pelo presidente, pois acreditava serem autoritários e antidemocráticos.

Ele aponta que os conflitos com Vargas e posteriormente com Juscelino não se referiam diretamente aos dois políticos, mas sim aos grupos com os quais se relacionavam. De acordo com Lacerda, Getúlio resolveu apresentar a sua revolta à essa “oligarquia” através do seu suicídio, mas o “novo governo considerou normal a situação. Não reparou que tinha havido então a revolução que não houve dez anos depois, (...) e jogou fora aquela revolução como Castelo traiu a outra.”⁴⁹

Lacerda consegue unir 1954 e 1964 em uma linha de raciocínio coerente e unívoca, na qual a mais de dez anos ele tenta retirar os grupos oligárquicos do poder e é traído, assim como foi Vargas durante seu governo. – “Vargas morreu

⁴⁸ Ibid.249.

⁴⁹ Ibid.251.

desiludido com os políticos oligarcas e abalado pelo poderio do domínio do sistema imperialista sobre o Brasil”⁵⁰.

Portanto, a partir da evocação de suas memórias, a síntese de suas forças com Juscelino na Frente Ampla em 67 nada tem de contraditória, pois independente do método de ação - continua a afirmar em suas memórias que os meios de alcançar as reformas sociais não são os mesmos – e independente das omissões do passado – para Lacerda, Getúlio e Juscelino governaram através de alianças com os mesmos grupos oligárquicos que depois rejeitaram – sua rememoração pretende demonstrar que ambos defendem pontos em comum e desejam que a morte de Vargas não tenha sido em vão.

Já durou demais a exploração política do suicídio de Vargas para servir à ambição de seus falsos discípulos. Os que verdadeiramente lhe são gratos e querem servir à sua memória devem desmistificá-la e servir à união para o futuro, em vez de cultivar os ódios do passado.⁵¹

Além da defesa da Frente Ampla e da tentativa de torná-la coerente com seu passado, ele também demonstra em suas memórias a disposição para trabalhar ao lado do governo militar. A possibilidade de ser convidado por Costa e Silva para integrar o governo através de um cargo diplomático ainda estava em aberto, e, por isso, vemos em seus artigos de 67, novo apelo ao Presidente: “aluga-se por alguns anos pessoa com experiência de governo.”⁵²

Com isso, através dessa sincronia entre passado e presente, dois flancos estariam abertos na tentativa de colocá-lo mais próximo do cargo de sucessor presidencial: de maneira direta com a Frente Ampla ou indiretamente com o apoio da ARENA e do governo militar. A manipulação da memória é orientada, portanto por esses dois projetos que convergem em seu objetivo final: tornar-se Presidente da República.

Mas para tanto, Lacerda precisa convencer o leitor não apenas da coerência de sua rememoração com o contexto no qual está inserido, como também demonstrar, através dessa rememoração sua vocação para o cargo que

⁵⁰ Ibid. p.251

⁵¹ Ibid.p.257.

⁵² Ibid.p.303.

almeja. Apresentar a relevância da Frente Ampla e sua intenção de participar do governo vigente são, de fato, passos que podem o aproximar de seu objetivo. Contudo, para continuar avançando em seu projeto de ação política Lacerda precisa que sua rememoração torne claro ao leitor que ele possui características que o tornariam preparado para assumir a Presidência da República.

No segundo capítulo veremos como Lacerda elabora, através dessa rememoração ativa, uma história referente à sua formação política, um trajeto que tem como ponto de chegada o momento para qual passou a vida a se preparar: a Presidência da República. Essa história é constituída por dois caminhos que se entrecruzam: o legado familiar de oposição política e o legado de sua contemporaneidade: estava presente em todos os momentos chave da vida política carioca – “caixa de ressonância do Brasil”, de acordo com Marly Motta – desde a Revolução de 30. A apropriação de uma memória familiar e de uma memória tida como comum entre seus contemporâneos contribui para a compreensão desta coerência argumentativa que Lacerda conseguiu manter em suas evocações, a despeito de todas as mudanças políticas e inconstâncias em sua própria posição ante essas transformações. Lacerda pretende demonstrar que em toda a sua vida manteve um compromisso com a legalidade democrática e, por isso, torna-se o melhor homem para assumir a Presidência em um momento de democratização do país.

